

O despertar de uma memória esquecida e aviltada: Revolução de 1817 na Paraíba

ELIETE DE QUEIROZ GURJÃO¹

O Projeto: "Antes que se apague completamente: memória e patrimônio da Revolução de 1817 na Paraíba"

A motivação que impulsionou este projeto foi o inconformismo de sua coordenadora, professora de História, com o enfoque exclusivo de Pernambuco na historiografia sobre a Revolução de 1817. Todas as publicações sobre história do Brasil, são praticamente unânimes em apresentar esse fato como "Revolução Pernambucana" e quando se referem à participação da Paraíba colocam apenas como um prolongamento do movimento de Pernambuco, sem nenhuma importância. A obra mais referenciada sobre este fato foi escrita pelo pernambucano Francisco Muniz Tavares. Na condição de participante, ele descreve detalhadamente todos os momentos dessa rebelião, que denominou "Revolução de Pernambuco em 1817". Nesta obra, que até hoje é a maior fonte para o estudo deste acontecimento, o autor reiteradamente, enaltece Pernambuco e pernambucanos. Para ele o mérito da revolução cabe aos pernambucanos. Quando fala sobre a participação de paraibanos atribui à educação que tiveram em Pernambuco. Sobre o início da revolução na Paraíba, comentou: "[...] a povoação de Itabayanna teve a primazia, uma circunstancia particular ocasionou esta honra: era ahi, e na sua vizinhança, que habitava a mór parte dos jovens educados em Pernambuco, [...]" (TAVARES: 1917, p. CXXVII).

Excetuando-se algumas obras escritas por paraibanos, os historiadores em geral reproduzem a concepção exclusivista de Pernambuco. Faz-se necessário, portanto, uma revisão historiográfica no sentido de fazer justiça aos outros participantes de 1817. O movimento se estendeu por quatro capitânicas do norte: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

¹ Professora Mestre, aposentada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), coordenadora do projeto "Antes que se apague completamente: memória e patrimônio da Revolução de 1817 na Paraíba" financiado pelo convênio UEPB/MJ/SDE/CFDD.

2

Como exceção na historiografia relativa a 1817, pode-se indicar o trabalho de Carlos Guilherme Mota, cujo título "Nordeste 1817" já indica sua abrangência, não se restringindo ao movimento em Pernambuco. Realizou extensa pesquisa documental, objetivando analisar a mentalidade das lideranças nordestinas naquele contexto, sem enaltecer pernambucanos. Mostra a importância desse fato e seu pioneirismo como primeiro movimento radical de descolonização ocorrido no "mundo luso-brasileiro" e lembra que, apesar de ter sido derrotada, ela exerceu tanta influência sobre o contexto político que se seguiu, impedindo-o de manter-se pacificamente.(MOTA: 1972)

É importante lembrar também a repercussão que a rebelião de 1817 teve no âmbito internacional. Pesquisa feita por Gonçalo de B.C. e M. Mourão(2009) com base na correspondência diplomática e na imprensa da época, demonstra como este fato acarretou preocupações na Europa. Todos os dias os principais jornais traziam notícias sobre a rebelião; em suas manchetes anunciavam: " Uma perigosa revolução no Brasil". Os diplomatas demonstravam temor, pedindo aos seus governos proteção para os seus súditos. Temiam que a rebelião pudesse reeditar no Brasil o movimento de libertação ocorrido no Haiti. O maior temor, portanto era o de uma rebelião escrava.

Após Pernambuco, a Paraíba foi a primeira capitania a iniciar a rebelião;a república foi proclamada nove dias após Pernambuco. O novo governo foi exercido por uma junta que, durante um mês e vinte dias, iniciou a montagem do novo estado, ao mesmo tempo que enfrentava a reação do poder imperial. Tropas da Paraíba foram enviadas para apoiar a rebelião no Rio Grande do Norte que também proclamou a república. Porém, o contingente republicano teve que se render face à superioridade absoluta das tropas imperiais.

A concepção da superioridade de Pernambuco sobre os demais estados do Nordeste não se limita à historiografia de 1817, perpassa por toda história e deita raízes nos primórdios da colonização. Foi de lá que partiu a ideia de criação da capitania real da Paraíba, transformando a "indomável" capitania de Itamaracá em território "dócil" à conquista, após vencerem a resistência dos potiguaras (nativos que ocupavam o litoral, desde Itamaracá até o Maranhão) com a indispensável ajuda dos tabajaras (indígenas recém chegados) . Na condição de polo açucareiro e controlador do comércio de exportação dos produtos da região, graças às condições favoráveis de seu porto,

3

Pernambuco manteve a hegemonia no norte e nordeste. A Paraíba, também pela proximidade geográfica, foi a capitania mais vinculada a Pernambuco, chegando, no século XVIII, a ser anexada oficialmente, permanecendo sob domínio pernambucano durante quase meio século. Mesmo após emancipada, a Paraíba continuou sob influência política e econômica de Pernambuco, cujo comércio controlava a produção agroexportadora paraibana.

Por conseguinte, a mentalidade do paraibano foi construída mediante tais condições adversas que não favoreceram sua autoestima. Durante o governo provisório, instalado na Paraíba em 1817, seus líderes demonstraram preocupação referente à dependência da economia paraibana, incluindo no projeto de governo medidas para fortalecer seu comércio. No decorrer da história da Paraíba ocorreram outras tentativas pontuais neste sentido. Porém, nunca conseguiram vencer as forças oligárquicas cujos interesses estão atrelados aos setores políticos e econômicos predominantes em Pernambuco.

É evidente que a memória de 1817 não foi cultivada na Paraíba, diferentemente da de Pernambuco que sempre foi enaltecida através dos livros didáticos e todos os meios de comunicação, os paraibanos nunca ouviram falar em tal revolução. Revolução na Paraíba? Somente a de 1930! Esta sim foi tão importante que resultou até na mudança do nome da capital!

Todavia, alguns guardadores da memória de 1817 na Paraíba: o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGB) e a Fundação Cultural do Estado, por ocasião do centenário da revolução, fizeram uma homenagem através de placas de mármore, colocadas nos lugares da capital onde foram expostas cabeças e mãos de seus líderes e no local onde ocorreu a rendição:

Foto 1. PLACA: <i>Rendição</i>	
	LOCALIZAÇÃO:

4

Placa indicativa do local em que os revolucionários paraibanos de 1817 renderam-se às tropas imperiais.



Fachada do Mosteiro de São Bento, situado na Rua General Osório, no. 36, centro, João Pessoa-PB.



Placa indicativa do local em que foram expostas cabeça e mãos de Amaro Gomes Coutinho, um dos líderes da Revolução de 1817 na Paraíba.



LOCALIZAÇÃO:

Fachada em ruínas situada no Varadouro, na ladeira São Pedro Gonçalves às margens da ferrovia, Centro, João Pessoa, PB.



5

Foto 3. PLACA: *Peregrino de Carvalho*

Placa indicativa do local em que foram expostas cabeça e mãos de José Peregrino de Carvalho, um dos líderes da Revolução de 1817 na Paraíba.

LOCALIZAÇÃO:

Fachada da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, situada na Av. João Machado, Jaguaribe, João Pessoa-PB.



Foto 4. PLACA: *Francisco José da Silveira*

Placa indicativa do local em que foram expostas cabeça e mãos de Francisco José da Silveira, líder da revolução de 1817 na Paraíba.

LOCALIZAÇÃO: Fachada do prédio da FUNAPE (Fundação de apoio à pesquisa - UFPB), situada na Praça Rio Branco, Centro, João Pessoa-PB.

6



As placas foram colocadas há quase um século e, até hoje, são conhecidas e apreciadas apenas por raríssimas pessoas. De uma amostra de 360 pessoas entrevistadas pela equipe do referido projeto, apenas 9% declarou conhecê-las.

Mediante a marcha inexorável do tempo, a ação destrutiva das intempéries e a absoluta falta de manutenção, assim como a memória de 1817, as placas estão se apagando. Daí porque o título do projeto: "Antes que se apague completamente: memória e patrimônio da Revolução de 1817 na Paraíba".

Perante este lamentável estado de coisas, o projeto buscarecuperar a memória e o patrimônio histórico relativo à Revolução de 1817 na Paraíba, alguns “lugares de memória” que sobreviveram, por meio de duas ações: restaurar as placas e executar um trabalho de Educação Patrimonial.

A etapa inicial do projeto foi realizada em 2011.2. Consistiu na seleção e capacitação de 12 alunos-bolsistas. Foi ministrado, pela coordenadora do projeto, um curso sobre a fundamentação teórica e oficinas de Educação Patrimonial. Em seguida, foi realizado um trabalho de campo para reconhecimento e registro da área de atuação. No semestre seguinte (2012.1) foi feito o mapeamento do entorno das placas e da Praça 1817 e realizadas entrevistas junto a uma amostragem desse contingente, perfazendo o

7

total de 360 entrevistados, cujos resultados foram transcritos e consolidados seus dados.

Em 2012.2 foram realizadas quatro Estações Patrimoniais. Nestas, a equipe do projeto realizou plantões em tendas montadas nas praças mais frequentadas da cidade e, durante dois dias seguidos, interagiu com os transeuntes com base nos objetivos do projeto. Nestes dias foram distribuídos folders e panfletos informativos sobre o patrimônio, memória e identidade, apresentados *banners* referentes à questões pertinentes a essas temáticas e realizada uma exposição de fotos antigas da cidade. Este trabalho foi muito gratificante, possibilitando interação com centenas de pessoas.



FOTO 5: Estação Patrimonial realizada no dia na Ponto de Cem Réis, no centro da cidade de João Pessoa.

Durante 2013.1, a ação educativa foi realizada em cinco escolas públicas de nível médio, por meio de palestras ministradas para professores e alunos. Ao mesmo tempo, foi elaborado

8

um livro paradidático a ser distribuído em escolas públicas, intitulado: "Antes que se apague: memória, patrimônio e identidade da Paraíba".

A restauração das placas foi iniciada, uma delas já se encontra legível e brevemente todo o trabalho estará completo. Por conseguinte, a execução do projeto está na fase final; devolvendo à comunidade os lugares da memória de 1817 e disponibilizando um livro sobre a temática trabalhada. Como resultado, espera-se que a relação entre o patrimônio local e parte da população da cidade mude. A partir da descoberta do patrimônio de 1817, é evidente que o elo entre parte da comunidade local e ele seja reforçado. Por outro lado, o conhecimento e a sensibilização sobre a importância do patrimônio local certamente será reproduzido e contribua para reforçar a autoestima de parte da população paraibana.

O Patrimônio na boca do povo: entre desabafos e denúncias

Tratando-se de um projeto com base na Educação Patrimonial, a participação da comunidade de João Pessoa em suas atividades foi de fundamental importância.

Durante as Estações Patrimoniais, realizadas em praças públicas, centenas de pessoas abordaram e foram abordadas pela equipe do projeto, realizando-se, assim, uma interlocução e troca de saberes a cerca do patrimônio local.

A pesquisa de campo foi realizada no entorno da Praça e das placas de 1817, com uma amostra de 360 pessoas que responderam entrevistas semiabertas, cujo objetivo foi o de traçar um diagnóstico do conhecimento que a população de João Pessoa tem do seu patrimônio cultural, particularmente no que se refere a 1817.

Conforme já exposto no Capítulo 3, essa pesquisa demonstrou o grande desconhecimento que a população de João Pessoa tem sobre a Revolução de 1817 na Paraíba e seus lugares de memória. A maioria dos entrevistados, representada por 73% da amostra, afirmou ignorar totalmente este fato, enquanto 90% declarou ser necessária sua divulgação. As falas de alguns entrevistados, citadas no referido capítulo, são muito eloquentes, revelando o estranhamento relativo à memória e patrimônio de 1817.

Em contrapartida, no decorrer de todos os contatos foi demonstrada a força da memória de 1930. Neste aspecto, as falas que se seguem são exemplares: "1817 não...o nome da praça é praça João Pessoa, não? 1817 é um apelido". (10E5) "Não. Agora estou curioso. Essa Revolução tem a ver com a que ocorreu em Princesa Isabel?" (4E20)

Tal confusão demonstra concretamente que a memória coletiva é uma construção social. Neste caso, a correlação de forças no contexto da sociedade paraibana, dos anos trinta, foi favorável ao bloco político no poder local,² que, associado à reformulação do estado por Getúlio Vargas e do culto à memória da "Revolução de 1930", criou os alicerces e fortaleceu a memória desta revolução.

A receptividade e o entusiasmo de parte dos entrevistados demonstram que existem interlocutores dispostos a refletir e focar um novo olhar sobre o patrimônio cultural, conforme demonstram os depoimentos que se seguem:

Eu acho que todo lugar tem que ter a sua cultura né? Todo lugar tem a sua história e isso vai fazer com que ela apareça dentro do todo e que ela tenha força. A história daquele lugar, dá a ele força em meio ao todo e a Paraíba é bem esquecida, bem deixada pra trás, então eu acho que tem que fortalecer bastante esse aspecto, mostrar essa importância até para o Brasil... (5 E30)

É importante porque é história da gente [...] a Paraíba sempre foi muito ativa nas revoluções [...] agora, é pouco divulgada enquanto a história de Pernambuco é divulgada em todo lugar [...] eles divulgam com o maior orgulho é o maior orgulho ser o leão do norte é o maior orgulho e a Paraíba tem muita história, muita coisa bonita que não é divulgada e precisa ser divulgada pra gente ter orgulho dessa Paraíba ... (6E4)

No que se refere à preservação do patrimônio cultural local, 85% dos entrevistados manifestou opinião negativa, e alguns fizeram sugestões:

Acho importante não só o movimento de 1817 como preservar o patrimônio como um todo. Se você observar na Europa, o patrimônio é acima de tudo, então você preserva literalmente. Aqui a gente não tem nada disso, a gente nem lembra, como o povo fala né, a gente nem lembra de quem votou na última eleição, quanto mais nosso patrimônio." (9E9)

De forma alguma, você tira pelos prédios aqui do Centro Histórico né, tudo abandonado, caindo, sem preservação nenhuma. Deixa eu te mostrar um negócio aqui. Pra tu ver, aqui no Google Maps aparece tudo, o Banco do Brasil, o Santander, aparecem as farmácias, mas não aparece o endereço, que é a Praça 1817. (1E11)

²Constituído por partidários da Aliança Liberal, vitoriosa em 1930.

Se eu dissesse que o patrimônio fosse realmente muito bem preservado seria mediocridade da minha parte, ou seja, 70% dele é preservado, 30% deixa a desejar.[...] Por exemplo, a praça 1817 ela mereceria ser bem preservada. [...] o bem público por um tempo tentou restaurar os prédios, fizeram reformar, restauraram luminárias e tudo, mas infelizmente essa preservação não é contínua. Claro que não depende somente do poder público, depende das pessoas também, tanto das pessoas que moram aqui ou as que vêm visitar. [...] melhorar com um cuidado nosso, e o poder público cuidando no sentido de mais segurança, manter vigilantes [...] Se você ver algumas praças já tão danificadas, algumas pichadas, e bancos quebrados. [...] Isso só mostra que as pessoas não têm cuidado com a cultura, enfim com a história, com o patrimônio histórico... (1 E22)

Eu acho que a classe média baixa através do poder público, não sei de que forma, deveria ser alocada nesses imóveis e a Prefeitura cobraria um aluguel, através de um contrato... E não ficar o poder público a cada dez anos reformando algo abandonado. Acho que o centro histórico deveria ser habitado. (4 E18)

Não à altura que João Pessoa merece, [...] João Pessoa a terceira cidade mais antiga do Brasil, o patrimônio arquitetônico e histórico grande, [...] acho que existem aí iniciativas pontuais, iniciativas, é, sei lá, cosméticas, assim até eu diria, mas o processo estrutural de reestruturação do nosso patrimônio histórico, [...] eu acho que ainda é carente, aqui, assim, é só andar, [...] no centro da cidade que a gente percebe o quanto ainda há pouco reconhecimento da população, pouca identidade, é, daquele patrimônio..." (7E)

As falas registradas, por sua importância e representatividade, evidenciam uma relação de afeto pela cidade e, ao mesmo tempo, uma preocupação com seu patrimônio. Tais testemunhos reforçam a necessidade de ressignificar o patrimônio cultural, de modo que ele seja visto como testemunho de histórias de vida e parte integrante do processo de formação da identidade paraibana e da própria cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 320 p.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 2 ed., João Pessoa: Grafset, 1993.

ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris (org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 288 p.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1978.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

11

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade- Lembranças de Velhos**. 4. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2 ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAUÍ, Marilena et al. In: **Odireito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal/ Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar DPH, 1992.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, José Ricardo Oria. **Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história**. In: Rev. Brasileira de história 25/26. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, 1993. p. 265-276.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003, 158 p.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

GRANELL, Carmem Gomes; VILA, Ignácio (orgs.). **Acidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 152 p.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. 2.ed. Paris: PressesUniversitaires de France, 1968.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 104 p.

HENRI, Aysel (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília:IPHAN/Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: Estruturas e argumentos**. São Paulo: Ed. da USP, 1972.

12

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática**. Brasília :Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história; a problemática dos lugares**. In: Projeto História: Revista do programa de estudos em História e do Depto. de História da PUC-SP. São Paulo: Ed. PUC-SP, 1993. p. 7-28.

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto>. Acessado em: 18 abr. 2007.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO IPHAN. Brasília, 1999/2000, 2001/2002, 2003/2004.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Olhar o Brasil**, no. 29, Brasília, 2001.

SANTOS, André Luis Ramos e KLAMT, Sérgio Célio (orgs.) **Educação Patrimonial: Teoria e Prática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007. 200 p.

SILVA, Keila Queiroz e; OLIVEIRA, Silêde Leila. **Educação patrimonial: um olhar pedagógico sobre a cidade**. Campina Grande: UFCG/ DHG-DE/ Comissão de construção do projeto pedagógico para as escolas, 2002. p. 1-2.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: Imp. Industrial, 1917.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ção**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **Cidades educadoras**. Curitiba: Ed. UFPR, 199